

# HOMOGENEIDADE DOS SIGNOS URBANOS: UMA TENDÊNCIA DO ATUAL PLANEJAMENTO DAS CIDADES

Helena Midori Kashiwagi<sup>1</sup>  
Ana Helena Freitas Gil<sup>2</sup>

## Resumo:

Este trabalho visa refletir sobre a tendência atual do planejamento das cidades brasileiras que é regido pela Lei 10.257/2001, conhecida como Estatuto da Cidade. Esta Lei representa um avanço na questão da política urbana, pois estabelece diretrizes de desenvolvimento urbano, as quais garantem o bem estar e a justiça social. Estes planos normativos possuem certas generalizações que definem os princípios de uma cidade ideal e são considerados como receituários para resolver os problemas urbanos. O modelo atual de planejamento torna a renovação urbana assemelhada entre as cidades, apontando para uma homogeneidade dos signos urbanos e a configuração de cidades-modelo sem identidade, sem enraizamento na história urbana. A estética urbana dessas cidades é temporal, uma vez que se renova a cada gestão municipal, cujos planejadores estão mais interessados em deixar sua assinatura. O que se percebe são metamorfoses da paisagem urbana que provocam descontinuidades e ressignificações dos signos urbanos. Essas mudanças podem incorrer em perdas de identidade, mas ao mesmo tempo podem anunciar novas potencialidades da cidade. Desta forma, não estamos tentando contrariar o atual planejamento, mas expor que novas experiências urbanas podem também apresentar fragilidades, sendo uma delas a homogeneidade dos signos urbanos nos planos diretores. Assim, nessa atual tendência urbanista acreditamos que exista identidade, a heterogeneidade dos signos urbanos se visualizarmos as cidades que existem dentro das cidades, ou seja, ao atravessarmos as fronteiras do real para o mundo imaginário das pessoas.

Palavras-chave: Signos urbanos, planejamento, planos diretores, identidade.

---

<sup>1</sup> Arquiteta e Urbanista, Profa de Planejamento Urbano da Universidade Federal do Paraná e Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Geografia da UFPR.

<sup>2</sup> Geógrafa, Profa da Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná e Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Geografia da UFPR.

## INTRODUÇÃO

O crescimento natural ou espontâneo de uma cidade é numa primeira observação marcado pela expansão urbana e o adensamento territorial, cuja morfologia urbana é moldada em função das necessidades das pessoas. Essa consolidação desordenada e irregular reflete a vida cotidiana de uma coletividade, cujos laços de afetividade se irradiam no espaço vivenciado. Os espaços passam a ser valorizados e todos os signos urbanos que o constituem adquirem significados. Desenvolve-se nesses espaços de preferência a identidade de um grupo social e da caracterização do lugar. A identidade de um lugar diferencia uma área, dando-lhe personalidade e individualidade. (LYNCH, 1960 *apud* DEL RIO, 1990, p.93) Essas características registram as imagens reais da cidade que a partir do imaginário ganham novas formas, novos valores e novas significações. No entanto, esses espaços espontâneos, aos olhos dos planejadores, são como feridas na estética urbana e incompatível com o desenvolvimento ideal esperado pelas políticas públicas. As cidades são consideradas doentes, por isso necessitam de planejamento e diretrizes para as intervenções urbanísticas. Assim, a tendência atual do planejamento dos planos diretores anuncia um nova era das cidades-modelo planejadas, padronizadas segundo as normas estabelecidas pelos planos estratégicos de desenvolvimento urbano. Neste sentido, Jeudy (2005, p. 99) afirma que os projetos urbanos consistem numa tentativa de reconfigurar a cidade com o objetivo de produzir certa visão dos elos entre os espaços diferenciados ou desqualificados, para criar efeitos de unificação territorial. Nesta unificação territorial, os signos urbanos são projetados, reproduzidos em escala e introduzidos na imagem da cidade. Sobre isto Del Rio (1990, p. 46) ressalta que a escala vivencial do cotidiano dos cidadãos, ou seja, aquilo que percebemos e vivemos diretamente, tem sido totalmente ignorada pelos planos diretores e outros instrumentos do Planejamento Urbano. O autor destaca, por exemplo, a preocupação com o tratamento dos mapas de zoneamento é comparável à estética de uma pintura. Desta forma, as resultantes têm pouca ou nenhuma relação com as características morfológica, topográfica, fundiária, sócio-culturais e políticas do local, as identidades dos bairros e o caráter das cidades não são objetos de preocupação. Os códigos de obra prevêem tipologias construtivas rígidas e comuns a um território, além de zonas

homogêneas independente das características locais, sendo uma situação comum em grande maioria das cidades brasileiras.

Essa metamorfose conduz a renovação contínua das imagens e os significados urbanos que acompanham a dinâmica de um urbanismo empresarial. Moura (2001, p, 216) salienta que a produção bem-sucedida da imagem urbana de uma cidade, fortalece o orgulho cívico e a lealdade ao lugar, e oferece grandes contribuições ao empresariamento urbano na atual economia globalizada. Contudo, a temporalidade das imagens da cidade conduz a uma constante ressignificação e uma estética urbana estéril, pois essa descontinuidade dos signos não permite o enraizamento de uma história da cidade. Nesta perspectiva, de um planejamento “estéril” nos questionamos sobre a existência da participação popular na construção das políticas urbanas do país, pois as renovações urbanas realizadas delatam descaracterizações identitárias e a consolidação de modelos de cidades com uma linguagem, universal, globalizada. As palavras de Sanchez (1997, p. apud Moura, 2001, p.216) expressam bem esta idéia quando diz que “a construção do imaginário enquanto representação, mais que uma simples linguagem, constitui-se em condição de conquista de uma relação de dominação. A fixação de novos valores está diretamente relacionada com a ideologia dominante, sendo, portanto, instrumento necessário à legitimação e ao reforço do poder”. Assim, este trabalho faz algumas reflexões sobre as tendências de homogeneização dos signos urbanos no atual planejamento das cidades.

## **FUNDAMENTOS TEÓRICOS**

Esta reflexão fundamenta-se nas teorias urbanas que discutem a cidade e a analisam as diversas faces do espaço urbano. A significação da cidade depende do expectador e a forma como é observada, assim, nos deparamos com olhares cruzados entre planejadores e a população local. A atual legislação urbana mostra um grande distanciamento desses olhares, incompatíveis, que resultam em diferentes interpretações da realidade. Distinções que vão do real ao imaginário, onde o real impossibilita a visibilidade das potencialidades e o imaginário revela espaços valorizados que caracterizam a identidade do lugar. Neste sentido, com base na atual política urbana vigente no país, o Estatuto da Cidade, contextualizaremos a forma de gestão urbana que se consolida na nova tendência

de planejamento das cidades brasileiras, ou seja, a partir dos planos diretores de desenvolvimento urbano. Lembramos que as políticas urbanas atuais representam um avanço na forma de gestar a cidade, pois foi necessário um século de experiências urbanas para se perceber a necessidade de uma política voltada para o desenvolvimento da cidade. Na realidade, essas experiências nunca pararam de acontecer, porém, agora, sob diretrizes estabelecidas na lei, caminham para um modelo hegemônico que tem demonstrado fragilidades. Para entender o que representam essas fragilidades em uma cidade partimos para uma breve retomada da evolução da gestão da cidade no último século até a atualidade, destacando na atual política urbana a tendência de uma plasticidade urbana temporalizada e a homogeneidade dos signos urbanos a partir dos planos diretores. Ressaltando as cidades nas cidades, constituídas a partir do imaginário dos indivíduos que revelam a existência da heterogeneidade dos signos urbanos que desvenda timidamente o resgate da identidade de um lugar.

## **PLANEJAMENTO ATUAL DAS CIDADES**

O planejamento atual das cidades brasileiras é regido pelo Estatuto da Cidade aprovado pela Lei Federal 10.257/2001. Esta lei regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal e estabelece diretrizes gerais da política urbana no país. A existência deste Estatuto representa o esforço coletivo e a legitimidade social de um processo democrático no qual participaram de sua construção diversas entidades sociais, governamentais, não governamentais, acadêmicas, civil, entre outras. Com esta Lei espera-se um futuro que transforme a herança de um passado de urbanização predatória, desigual e, sobretudo, iníqua. De acordo com Oliveira (2001) os princípios fundamentais desta lei são: a gestão democrática; a justa distribuição dos ônus e benefícios decorrentes do processo de urbanização; o direito a cidades sustentáveis, à moradia, à infra-estrutura urbana e aos serviços públicos e, novas possibilidades e oportunidades de gestão do desenvolvimento do município. A inclusão dos artigos 182 e 183 no capítulo da Política Urbana representam, respectivamente, a efetividade de um Plano Diretor aos municípios para a garantia do pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade, promovendo o bem estar de seus habitantes, e a regularização fundiária de áreas invadidas.

Entretanto, o pensar a cidade passou por uma trajetória que segundo Sá (1991, p.19) começa a partir do final do século XIX, época em que começa a se configurar o urbanismo, cuja maior preocupação não é a teoria ou a construção de modelos utópicos de planejamento e sim a prática. Anterior a este período havia os pré-urbanistas, também chamados de utopistas, eram generalistas vindos de diferentes campos do conhecimento, que tinham uma visão global da cidade. Neste pré-urbanismo Françoise Choay (1979) distinguia dois modelos: o progressista e o culturalista. No urbanismo progressista, as idéias-chave são a racionalidade, a modernidade e a eficácia, onde a configuração territorial preocupa-se com as estruturas técnicas, funcionais e estéticas. Este modelo forneceu diretrizes para várias cidades brasileiras e, principalmente, à criação da cidade de Brasília. O modelo de urbanismo culturalista se opõe a racionalidade do urbanismo progressista, acreditava-se que a cidade ao perder seus valores históricos perderia suas qualidades espaciais. Neste modelo se enquadram as cidades jardim que segundo seu criador Ebenezer Howard (1898) seriam cidades constituídas de uma comunidade autônoma cercada por um cinturão verde num meio termo entre campo e cidade, acreditando ser a cidade ideal para o equilíbrio social.

Contudo, Kohlsdorf (1985 *apud* SÁ, 1991, p.21) ressalta que desde o início do século XX já se faziam críticas as idéias do urbanismo progressista e culturalista. E, como resposta a essas críticas surge neste período na Inglaterra e Estados Unidos a expressão Planejamento Urbano, no qual a cidade passou a ser constituída de procedimentos racionais que tem como finalidade a preparação de tomadas de decisões, no sentido de conduzir os processos urbanos para metas e objetivos previamente estabelecidos. A cidade passa a ser definida a partir de uma realidade histórica e dentro de uma visão processual, destacando-se seus aspectos dinâmicos. Neste sentido, a cidade passou a ser pensada sob uma metodologia de investigação fundada sobre conhecimentos sociológicos, tecnológicos, econômicos e físico-espaciais, apoiando-se na própria História. Desta forma, o planejamento urbano ao ter como finalidade a intervenção na realidade fez com a cidade se tornasse uma entidade observada à luz de raciocínios que diagnosticam problemas e propõe soluções para os mesmos, compondo um movimento de controle dos processos urbanos. Esta característica foi fazendo com que o planejamento urbano se afirmasse como instituição intimamente associada ao poder público e, obviamente, com ele comprometida.

Neste sentido Sá (1991, p.21) observa que o urbanismo propõe a especialização e o planejamento urbano propõe a multidisciplinaridade. Contudo, essa visão multidisciplinar tem sido a causa das fragilidades na retomada da visão global, devido à própria divisão profissional e acadêmica herdada do positivismo. As contribuições localizam-se mais em relação à compreensão da cidade como processo onde o espaço é o reflexo, o resultado ou o residual, e não o próprio corte epistemológico. Cada disciplina faz reflexões sobre o espaço urbano baseada no princípio da própria teoria, estabelecendo áreas de influência e hierarquia funcional, ocorrendo uma separação clara entre os níveis de abordagem. Segundo Kohlsdorf (1985 *apud* SÁ, 1991, p. 25) as pesquisas sobre o espaço urbano a partir dos anos cinquenta seguiram em torno de duas tendências, o comportamentalismo, onde se distinguem influências ecológicas, e o psiquismo. As pesquisas comportamentalistas levaram à conclusão, já no final dos anos sessenta, de que os efeitos do meio ambiente urbano sobre o comportamento são complexos, devendo ser considerados não só os aspectos espaciais, mas também as influências sociais e psicológicas. Assim, ganha impulso a tendência do psiquismo, na qual o meio ambiente não é definido como físico e sim psíquico, ou seja, como meio ambiente percebido: a realidade física é considerada a partir de sua decodificação pelo usuário. Nesta tendência, as escolas que enfatizam os aspectos visuais, podem ser divididas entre as de “bom desenho”, ou pragmáticas, e as de análise da percepção. As escolas de “bom desenho” surgiram na Inglaterra e uma das principais críticas a estas escolas foi que estabeleciam normas universais para a boa qualidade do espaço urbano, sem levar em conta especificidades sociais e culturais. As escolas de análise da percepção surgiram nos Estados Unidos e se fundamentam em pesquisas que demonstram a extrema complexidade, variabilidade e relatividade da percepção e do processo cognitivo. Neste aspecto, Sá (1991, p. 26) destaca que nos anos sessenta e ao longo dos anos setenta umas das principais contribuições, independente dessas escolas, apesar dos pontos em comum, foi a retomada dos estudos sobre imagens mentais feitos na Inglaterra, na década de trinta. Destaca-se Kevin Lynch, o qual vincula espaço e tempo como inseparáveis na apreensão da imagem da cidade e desenvolve um método para interpretar informações e dirigir intervenções no espaço urbano que, no entanto, falha em não considerar as diferenças sociais e culturais. Os trabalhos sobre imagens mentais acrescentaram-se novas pesquisas tratando da simbologia do espaço urbano. Estas pesquisas utilizavam conceitos

próprios da teoria dos signos, desenvolvida pela lingüística, e foram realizadas tanto no campo da semiologia quanto no da semiótica.

Os estudos sobre o urbano no Brasil se fundamentaram a partir do modelo de urbanismo progressista, em especial o progressismo francês, o qual era alheio às questões sociais e não adaptável à realidade brasileira. Os princípios do modelo de urbanismo francês são visíveis nas cidades de Belo Horizonte, Goiânia e Brasília. O urbanismo progressista foi destacado nos CIAM (Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna - 1930) e as diretrizes propostas foram divulgadas mundialmente na Carta de Atenas (documento síntese do urbanismo progressista), datada de 1933. E, nesta atmosfera se desenvolvia o pensamento urbano evidenciando a forte influência do progressismo francês no Brasil. Na década de sessenta o quadro do urbanismo no Brasil se modifica e a questão urbana passa a ser objeto de estudo de várias disciplinas, marcando o início da institucionalização do tratamento dos problemas urbanos em 1964, sob o governo militar. Sá (1991, p. 29) conclui que, no Brasil, também na área do urbanismo a produção de conhecimento continua dependente de produção externa. Por este motivo, podemos dizer que o Estatuto da Cidade é um avanço para a questão dos estudos sobre o urbano no Brasil, cuja lei deu início a uma nova tendência do Planejamento Urbano sob a ótica dos Planos Diretores.

## **PLANO DIRETOR E A PLASTICIDADE URBANA TEMPORALIZADA**

O Plano Diretor é considerado para muitos administradores públicos como uma nova proposta de gestão, na qual é legítima a participação popular no planejamento e na gestão, proporcionando a transparência da distribuição dos recursos financeiros e no direcionamento dos recursos de acordo com a necessidade da população, reduzindo-se os desperdícios e conscientizando as pessoas a serem mais responsáveis perante os bens públicos. (SOUZA, 2007, P.161) Entretanto, existe certo distanciamento entre o participar e o implementar, ou seja, "... ainda que o discurso oficial reitere a vontade de envolver os cidadãos no processo de planejamento e gestão urbana, o que se concretiza é apenas uma participação passiva, representada, meramente legitimadora, na qual a atuação dos segmentos populares é necessariamente a de figurante". (MOURA, 2001, p. 228) Essa participação passiva, leva a participação restritiva, na qual algumas, ou uma

classe é consultada para a elaboração das leis. Entre estas classes, a empresarial mostra sua força não só sobre a sociedade, mas inclusive sobre o poder local, e, sem debates efetivos, reforça a engenharia do consenso e garante a legitimidade do discurso, aparentando ter cumprido a disposição constitucional da participação no processo de planejamento e gestão. Ressalta-se "... o significado de que o universalismo (da lei) é um mecanismo poderoso do exercício de dominação simbólica como imposição da legitimidade de uma ordem social, aumentando o efeito da autoridade social que a cultura legitima e os seus detentores já exercem para dar toda a sua eficácia prática à coerção jurídica". (BOURDIEU, 1989, p.246 apud MOURA, 2001, p. 229)

Nesta dominação simbólica citada por Bourdieu, percebe-se no atual planejamento a necessidade dos administradores públicos de consolidarem o seu período de governo. Assim, prefeitos e arquitetos visualizam a cidade como um objeto, no qual a intenção é transformá-lo numa obra de arte, resultando no sucesso e na assinatura de um governo. A cada gestão as transformações se sucedem, obras de arte nascem várias são destruídas e poucas renascem, e no ritmo de suas metamorfoses, a cidade é vista como uma obra em plena realização, forjando sua própria unidade de uma maneira sempre projetiva. (JEUDY, 2005, p. 99)

Na visão de Landim (2004, p. 74) os planos diretores raramente consideram, na extensão de sua vida, as condições locais e o impacto ambiental, mesmo porque isso eventualmente prejudicaria sua aprovação pelos poderes constituídos. Os planos diretores encomendados pelas prefeituras contribuem para essa situação na medida em que copiam e reproduzem os modelos considerados mais avançados e atraentes de uma cidade para outra. Percebe-se a forte influência do urbanismo progressista e ou um falso urbanismo culturalista. Assim, a forma urbana resulta de regras com objetivos altamente genéricos, produto de ações diversas e aleatórias, como as leis de zoneamento, culminando num desenho urbano proveniente das legislações, e não de um projeto. A morfologia da cidade provém mais de processos generalizantes do que de ações que visam à totalidade. O desenho urbano deve ser configurado a partir de um projeto urbano de paisagem, de uma intenção clara e definida, de um objetivo social. É pela falta de um projeto de ação específico para cada localidade que as cidades estão se configurando a partir da reprodução de modelos urbanos, reforçando a lógica da homogeneidade.

Nesta perspectiva, o arquiteto e antropólogo Rapoport (1977 *apud* DEL RIO, 1990, p.53) salienta que a diferença entre Planejamento e o Desenho Urbano é uma questão de escala, onde o desenho urbano é feito a partir do entendimento da natureza dos elementos urbanos experimentados e compreendidos pela população, e por meio dele organiza-se e estrutura-se a cidade, mas não em sua totalidade, já no Planejamento são trabalhados as decisões políticas e locacionais.

De acordo com Moura (2001, p. 204-215) no planejamento podemos encontrar armadilhas de seu sistema de gestão urbana como as implicações causadas pela segregação espacial devido às tendências regionais, a qual não absorve a complexidade da diversidade social. O modelo de planejamento acaba produzindo uma realidade virtual, mas que se apresenta como verdadeira. Nessa lógica, a construção da imagem, é um elemento fundamental de sustentação do modelo. Como exemplo, a autora cita a cidade de Curitiba que ao ser transformada em uma marca nacional e internacional da modernidade urbana, “esconde por detrás dos lugares-comuns emblemáticos e ufanísticos, uma imagem urbana que foi construída e reconstruída ao longo de quase três décadas e que influenciou marcadamente a identidade coletiva assim como a apropriação social dos espaços da cidade”. A linearidade do pensamento político garantiu a consolidação desta marca.

Nos governos de oposição fica visível a descontinuidade em todos os aspectos da cidade, observa-se que a imagem urbana remodela, ficando a identidade coletiva instável e seriamente comprometida. Notam-se duas competições: com os governos anteriores para desconstruir a memória de seus feitos e com outras cidades para atrair novos investimentos. As cidades de um modo geral passam a ter algo em comum, a dependência estrutural face ao capital, ou seja, o desenvolvimento é baseado na execução de políticas agressivas de atração de investimentos industriais. (OLIVEIRA, 2000, p. 41)

Neste contexto, a competitividade entre as cidades faz com que elas se desenvolvam semelhantemente e esta homogeneidade é reforçada pelos modelos padronizados pelo plano diretor. Assim, Jeudy (2005, p. 93-103) salienta que o que se ganha nessa homogeneidade, se perde em atrativo para a deambulação do olhar. Pois, acentua-se a coerência de um conjunto de signos em detrimento dos jogos cotidianos da percepção de uma cidade. Desta forma, o autor se questiona sobre como acentuar o poder simbólico de um espaço sem correr o risco de banalizá-lo,

pois o que se percebe são reordenações urbanas que se parecem cada vez mais, e essa equivalência acaba por gerar um sério prejuízo para a singularidade dos locais. O autor acredita que exista nessa “coerência interna” do “tecido urbano” uma heterogeneidade nas novas configurações territoriais, apesar de sua aparente homogeneidade. Contudo, faz destaque sobre como trabalhar a coerência do que já faz parte do espaço urbano, pois nos modos de apreensão de uma cidade existe uma relação complexa entre o visível e o invisível, o que pode parecer o mais visível nem sempre é visto. Isto é, o que está oculto passa a não ser valorizado. O que se quer dizer é que todos os signos visíveis ou não participam de uma potencialidade, uma vez que a cidade ao ser compreendida por imagens dela mesma, é produtora de signos ao olhar. Neste aspecto, essa potencialidade seria a expressão de uma relação constante entre uma “coerência interna” do espaço urbano e a emergência de tendências espontâneas que advêm da própria mobilidade dos modos cotidiano de apreensão da cidade pelos cidadãos.

Para Jeudy (2005, p. 91-100) o momento do olhar deambulatório, do olhar desocupado, pronto a captar aquilo que não vê normalmente, prefigura a possibilidade de apreensão imediata do espaço e do tempo, sua concordância ideal no movimento de aparecimento e desaparecimento, esse movimento ao longo do qual qualquer pessoa se coloca numa postura de sentir sua cidade. Essa relação entre o espaço e o tempo se torna condensada, uma vez que a expectativa do olhar não decorre mais de um estado que a predispõe, porque ela surge do próprio território, o qual se transforma na mesma hora em acontecimento. Um indivíduo se põe em paralelo com uma cidade, se faz, se desfaz e se refaz com ela. Neste contexto, a história de uma vida na cidade, a história mais significativa, mais marcante da existência de um indivíduo, encontra-se inscrita na morfologia urbana como o porvir de um destino. Quando se fala dos territórios sem nome, dessas aglomerações sem alma e sem identidade, comete-se o erro de pensar que somente a cidade tradicional, com seu passado histórico, estaria em condições de oferecer um poder simbólico às imagens, uma vez que os signos repartidos são eles mesmos já símbolos.

Neste planejamento urbano institucionalizado, o poder público estabelece o futuro das cidades moldando-a, transformando-a, sob uma alteridade fabricada, deixando como marcas signos petrificados. Em cada gestão surgem novos signos atemporais resultantes de prazeres estéticos burgueses, os quais induzem a uma

plasticidade urbana temporalizada. A unidade urbana está permanentemente ameaçada de deslocamento, pois a cidade é considerada desde o início doente, por isso sua paisagem é constantemente remodelada. E, o objetivo de recuperar a vitalidade essencial de uma cidade parece declinar. Nas palavras de Brecht (JEUDY, 2005, p.92) este declínio é um reflexo do capitalismo avançado que movimenta as dinâmicas espaciais e a cidade acaba por simbolizar simultaneamente o inferno e o paraíso. A cidade torna-se antropófaga, pois ela canibaliza tudo, inclusive sua própria imagem. A metamorfose das imagens e dos signos da cidade é uma constante provocando oscilações nas relações do indivíduo com o mundo ou no estar no mundo, causando um grande poder de impacto mental que configura o âmbito de seus estados mentais. A cidade como potência de imagens provoca a todo o momento, em todo lugar, visões que ainda não são representações, mas ao se tornarem imagens têm um ponto em comum: sua emergência, superposição e circulação perturbam a estabilidade de nossas representações usuais. Neste aspecto a cidade é tratada apenas como um signo estético, mutável e temporal, um cartão postal que evoca o princípio de uma parada sobre a imagem, de uma suspensão do tempo. E, nesta temporalidade, somente a dimensão patrimonial assegura o único elemento com certa espessura do tempo, pois a conservação e preservação do patrimônio os tornam símbolos imutáveis de uma cidade. (JEUDY, 2005, p. 92-99)

Nesta perspectiva, o Plano Diretor tem o poder de descaracterizar uma configuração espacial por meio da renovação urbana, de reconstruir os signos urbanos, de induzir um local a perder a identidade e ao mesmo tempo de descobrir novas potencialidades. Contudo, nem tudo é descaracterizado, o Plano Diretor também “prevê a proteção, a preservação e a recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico”. (OLIVEIRA, 2001, p. 12) A autora considera esta a mais importante medida para se obter a garantia da convivência vital entre o homem e o meio, bem como para a manutenção de nossa história urbana, seja ela local, regional ou nacional.

## **CIDADES NAS CIDADES: HETEROGENEIDADE IMAGINÁRIA DOS SIGNOS**

Os planos diretores induzem a uma homogeneidade na configuração territorial, ou seja, uma concepção de estética urbana, deliberadamente pensada,

tida como um objetivo da gestão prospectiva de uma cidade o que pode resultar no risco do desaparecimento de suas potencialidades. Mas, as potencialidades morfológicas se mantêm disponíveis na medida em que depende das modalidades de olhar de cada indivíduo. (JEUDY, 2005, p.104) Podemos dizer, neste contexto, que desvendar essas potencialidades é descobrir as qualidades visuais, que segundo Ferrara (2000, p.115-118) são as imagens das cidades que povoam o cotidiano de todos, seres urbanos. Neste sentido, são imagens dentro de imagens, ou seja, cidades dentro de cidades, o imaginário e real compartilhando uma heterogeneidade imaginária dos signos urbanos. A tradição cultural e científica insiste em estabelecer o limite entre os campos do imaginário e do real, entre fantasia e a experiência, entre sentido e a imagem. Ferrara observa que o ponto de união entre o imaginário e a imagem, ou mais radicalmente entre o verbal e o não-verbal, é relação de simultaneidade aonde a imagem vem a eclodir à medida que é investida de sentido. Neste aspecto, a imagem não é produto do imaginário, mas se constroem mutuamente. Um é a própria existência do outro. Desta forma, “a imagem é um dado e corresponde a uma concreta intervenção construída na cidade, o imaginário é um processo que acumula imagens e é estimulado ou desencadeado por um elemento construído ou não, porém, claramente identificado com o meio e o cotidiano urbanos”. A imagem e o imaginário se distinguem, a imagem decorre de um referencial contextualizado, o imaginário refere-se à capacidade associativa de produzir imagens a partir da imagem concreta. A imagem urbana é, sobretudo, visual icônica, o imaginário é polissensorial e resgata índices, marcas, signos para produzir uma unidade que atua como metáfora da cidade. Com o imaginário se produzem os discursos que interagem com a cidade, e com auxílio do registro da memória, esses discursos transformam-se em arquétipos culturais e são responsáveis pelo diálogo entre o imaginário e a história urbana para criar justamente a imagem da cidade. A imagem está presente no cotidiano e no hábito de ver a cidade e ela depende do imaginário para revelar a identidade dos lugares e a forma pela qual o homem se apropria do espaço. Assim, a apropriação é o espaço da cidade qualificado, do espaço habitado, vivido, modificado e espaço socializado. Essas imagens de apropriação são desencadeadas por estímulos afetivos e não se explicam por apelos institucionais. Essa ação social produz a cidade e constrói o imaginário. Ferrara (2000, p.123) afirma que “essa apropriação, essa qualidade não é homogênea, ao contrário, ela corresponde a ritmos e formas tão diversos como as

experiências cotidianas dos usuários da cidade”. A autora considera que essa heterogeneidade é responsável pela fragmentação da cidade em seus pedaços, seus lugares de apropriação qualificados que dão origem aos lugares da cidade. O lugar é construído a partir de relações e experiências socialmente produzidas. Identificar os lugares da cidade supõe perceber o processo de imagens presentes e passadas que os qualificam e atestam um modo de apropriação.

De acordo com Ferrara (2000, p. 125) para se conhecer as qualidades visuais de uma cidade é preciso saber vê-la, observá-la e principalmente interpretá-la para que a leitura expresse a apreensão do cotidiano da cidade. O processo de leitura é uma atividade empírica distante de qualquer plano normativo e se nutre de imagens e signos como uma forma de compreender e interagir com a cidade, apropriando-se dela. A leitura é a montagem de fragmentos relacionados, de imagens lembradas. Mas, não se trata de uma simples descrição física da imagem, pois ela também pode ser sugestiva, uma representação, um signo de apropriação experiencial, uma outra polifonia que vai além das sensações. Não basta ver é preciso observar, além do ver físico, ou seja, considerar o ver inteligente que se opõe ao cotidiano como uma continuidade perceptiva. Pois, ao observar produzimos descontinuidades que desfazem o anonimato da vida diária. Essa descontinuidade preserva a surpresa, que surge a partir de um estímulo visual e pode ser apreendida se resgatada pela observação. Portanto, ler é montar fragmentos de imagens, completados de sentidos imaginários que se objetivam e se revelam concretamente pela montagem da leitura. A leitura se nutre da memória, mas seu compromisso não é histórico, porque tem o presente e o cotidiano como matrizes. As imagens da cidade se concentram na cidade que se torna densa pela imagem, fazendo com que imagem e cidade sejam mutuamente constitutivas. Assim, na cidade temos os ícones que uma comunidade institui, inventa, para nomear um lugar, público ou privado, e os comportamentos que deixam traços, índices de usos que são visíveis em cada rua, praça ou esquina. Essa diversidade de usos que deixam marcas de visibilidade no espaço Ferrara (2005, p.126) denominou de “paisagem, a referência de um modo específico de habitar, de usar, de relacionar-se, de aproximar-se ou de individualizar-se: paisagens, ao mesmo tempo, de reunião e de solidão, mas sempre espaços informados de uso”. Essa paisagem se fortalece a partir dos usos e apreensões dos acontecimentos da vida cotidiana, na qual os signos urbanos por mais homogeneidade que os projetos urbanos lhe possam impor proporcionarão

diferentes formas de apropriação e significação entre os indivíduos. Isto se deve as diferenças culturais entre as comunidades, que possibilitam a heterogeneidade imaginária dos signos urbanos, gerando cidades dentro de cidades. Para Landim (2004, p.126) se verificarmos quais são os elementos marcantes que conferem particularidade a essas paisagens e reforçarmos esses elementos nos projetos urbanos, será possível obter paisagens urbanas particularizadas. E, desta forma, estariam sendo respeitados os referenciais e as especificidades locais, contribuindo para uma melhor qualidade ambiental das cidades mediante a suspensão da idéia de construção por modismo ou uma tendência de planejamento.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O atual planejamento das cidades acredita que para haver o desenvolvimento ideal ela precisa ser administrada por meio de um modelo de gestão baseado em planos diretores estratégicos, os quais servirão de receituário para curar os males da cidade. A política urbana vigente considera que todas as cidades estão enfermas, sofrendo de alguma doença urbana, e que precisam ser medicadas por meio de intervenções urbanísticas para se desenvolverem saudáveis. Essa forma de diagnosticar a cidade vem remodelando a estética urbana e as constantes renovações urbanas provocam uma temporalidade nos signos urbanos. A história urbana, a identidade de um lugar, fica comprometida com essa metamorfose urbana que está à mercê dos administradores públicos, os quais como num ritual necessitam deixar sua marca a cada gestão. Conclui-se que o pensar a cidade tem sido uma atividade exclusiva dos planejadores, que sob o controle das políticas públicas, elaboram normatizações que massificam e homogeneizam os signos urbanos e induzem a uma instabilidade de identidade. Isto nos faz refletir sobre quais outros retornos advirão dessa busca pelo desenvolvimento ideal. Na realidade, essa imposição dos planos diretores induz a uma plasticidade urbana temporalizada, cujas imagens são reproduções projetadas para competir com outras cidades. Neste receituário de diretrizes que compõe um plano diretor, em alguns casos, infelizmente, este se tornou uma mercadoria ilegal, reproduzida e vendida para algumas cidades. Os planos diretores em série, consideram as cidades com diagnósticos similares, e por isso as propostas urbanísticas são padronizadas. Uma linguagem homogênea de desenvolvimento urbano, que vem descaracterizando as

representações espaciais, desvalorizando as potencialidades e consolidando cada vez mais a necessidade dos indivíduos de construir novas cidades dentro das cidades. Dessa maneira a cidade se reconstrói, mesmo na homogeneidade dos signos urbanos, surgindo novos espaços valorizados, novas identidades urbanas. Conclui-se que os planejadores das cidades ainda tem um longo caminho a trilhar, pois a realidade brasileira nos mostra que o futuro das cidades é construir cidades sem futuro, sem identidade, sem história e sem cultura.

## REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. **A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas públicas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. 240 p.

ARANTES, O. B. F. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas.

In: \_\_\_\_\_; VAINER, C.; MARICATO, E. (orgs) **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000. p. 59-126

BRASIL. LEI Nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 11 de jul. 2001. Disponível em:

< [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LEIS\\_2001/L10257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10257.htm)>. Acesso em: 16/12/2007.

DEL RIO, V. **Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento**. São Paulo: Pini, 1990. 198 p.

FERRARA, L. D. A. Cidade: Imagem e imaginário. In: \_\_\_\_\_ **Os significados urbanos**. São Paulo: Ed. USP/FAPESP, 2000. p.115-131

FERRARA, L. D. A. **Ver a cidade: Cidade, imagem, leitura**. São Paulo: Nobel, 1988. 81 p.

FERRARA, L. D. A. **Olhar periférico: Informação, linguagem, percepção ambiental**. São Paulo: Ed. USP, 1993. 277 p.

JEUDY, H. P. A cidade, constelação de imagens. In: \_\_\_\_\_ **Espelho das Cidades**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005. p. 85-105.

JEUDY, H. P. Tempo e território da estética urbana. In: \_\_\_\_\_ **Espelho das Cidades**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005. p. 107-153

LANDIM, P. C. Configuração morfológica: Elementos característicos da paisagem da

- cidade média do interior paulista. In: \_\_\_\_\_ **Desenho de Paisagem Urbana: As cidades do interior paulista**. São Paulo: Ed. UNESP, 2004. p. 59-126
- LYNCH, K. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1997. 227 p.
- MOURA, R. Os riscos da cidade-modelo. In: ACSELRAD, H. (org) **A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas públicas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 203-237
- OLIVEIRA, I. C. E. de. **Estatuto da cidade: para compreender...** Rio de Janeiro: IBAM/DUMA, 2001. 64 p.
- OLIVEIRA, D. **Curitiba e o mito da cidade modelo**. Curitiba: Ed. UFPR, 2000. 201 p.
- SÁ, C. Olhar urbano, olhar humano: uma apresentação. In: \_\_\_\_\_ **Olhar urbano, olhar humano**. São Paulo: IBRASA, 1991. p. 13-31
- SÁ, C. Reflexões sobre a construção do espaço. In: \_\_\_\_\_ **Olhar urbano, olhar humano**. São Paulo: IBRASA, 1991. p. 13-31
- SOUZA, M. L. **ABC do desenvolvimento urbano**. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. 192 p.